

## ABERTURA DA SESSÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, na Vila de Nisa e Auditório da Biblioteca Municipal, teve lugar a Sessão Ordinária de Abril de dois mil e nove da Assembleia Municipal de Nisa, convocada pelo Presidente da respectiva Mesa, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do Artº 54º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe é dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do Edital Nº 3/2009, datado do dia 14 de Abril de 2009, enviado a todos os Eleitos através do Ofício Nº 010/2009-AM, da mesma data e à qual compareceram os seus membros, José da Cruz Curado Polido, Arménio de Pina Morais de Almeida, Marco António Barreto Lourenço de Oliveira, Joaquim Marques Rodrigues, Gilberto Mourato Canilhas Manteiga, Mário Rui de Gouveia Macedo, João Carlos Nabais Pinto, Joaquim Maria da Costa, Florinda João Requeira Ribeiro Fortunato, António Manuel Caldeira Valente, Armando Manuel Maria Vieira Luís, Frederico Luís Pestana Duarte Mourato, José Lopes Duarte Baião (Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão), Artur da Rosa Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Arez), Fernando Serralha Carita Marquês (Presidente da Junta de Freguesia do Espírito Santo), António dos Remédios da Costa (Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão), João José Cabim Malpique Rufino (Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça), Francisco Boleto São Pedro (Presidente da Junta de Freguesia de Santana), João Vicente Ferrer (Presidente da Junta de Freguesia de São Matias), José Miguéns Louro Hilário (Presidente da Junta de Freguesia de São Simão) e Ilda Maria da Cruz Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa).

Não compareceram a esta Sessão, os Eleitos Adelino José Polido Temudo, pelas razões transcritas no Ponto 17 da presente Acta, João Eduardo Miguéns Serralha e José Manuel Tremeço Barreto.

O Eleito Francisco Rogério Cardoso Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo), também não compareceu, mas fez-se representar por Paulo Miguel Matos Grácio Valério, Secretário da referida Junta, para cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do Artº 38º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro.

E, como se encontravam em número legal para se constituir em reunião, nos termos do que dispõe o nº 1 do Artº 89º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, foi a Sessão declarada aberta pelo Presidente da respectiva Mesa, Sr. José da Cruz Curado Polido, quando eram quinze horas e quinze minutos.

Estiveram, ainda, presentes a esta Sessão da Assembleia Municipal de Nisa, por parte do Executivo e conforme nºs 1 e 3 do Artº 48º da antes citada Lei nº 169/99, a Vice-Presidente da Câmara, Maria de Fátima Dinis Carita Moura e o Vereador João Gonçalves da Costa, a fim de poderem prestar os esclarecimentos julgados necessários, relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos desta mesma Sessão.

Procedeu-se, de seguida, à leitura da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, a qual é a constante do Edital Nº 3/2009, com data de 14 de Abril de 2009, já antes referido e previamente enviada a todos os membros desta Assembleia Municipal através do Ofício Nº 010/2009-A.M., da mesma data e também anteriormente mencionado, para cumprimento do disposto no nº 1 do Artº 49º da anteriormente citada Lei nº 169/99, passando-se à análise e discussão, tendo em vista a sua eventual aprovação, dos assuntos na mesma referenciados, tendo as respectivas Deliberações sido tomadas ao abrigo do que dispõe o nº 1 do Artº 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, como para cada uma a se indica.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa deu conhecimento da existência de dois processos para incluir na Ordem de Trabalhos da presente Sessão, um da Divisão de Projectos e Urbanismo e outro desta Assembleia Municipal, votados no Ponto 13 e que irão constituir, respectivamente, os Pontos Nº 14 e Nº 15 da referida OT.

No início da presente Sessão, verificava-se a presença de 17 Eleitos na sala, que foram os que apreciaram e votaram os Pontos Nº 3 e Nº 13, sendo que, a partir da análise do Ponto 4, inclusive, deram entrada mais cinco, o que, na altura, fez um total de vinte e dois, embora no final da discussão e aprovação deste mesmo ponto a Eleita Florinda Fortunato tenha solicitado autorização para se ausentar dos trabalhos, por ter que comparecer numa consulta médica, o que foi autorizado e veio a verificar-se às 16H00. Após a aprovação do Ponto Nº 10 e quando eram 18H30, o Eleito Arménio Morais também solicitou autorização para se ausentar da sala, no que foi autorizado.

#### **Ponto Nº 1 – Período de antes da Ordem do Dia.**

Tendo-se verificado a interrupção da presente Sessão, para almoço e após o regresso dos Eleitos, foram retomados os respectivos trabalhos, quando eram 16H00, com a presença do Presidente do Conselho de Administração da “Ternisa, E.M.”, Dr. Jorge Rebeca, que fez uma apresentação detalhada do funcionamento desta empresa, do Complexo Termal da Fadagosa, acabado de visitar e de como o mesmo irá funcionar.

#### **. Assuntos para conhecimento:**

Foi posta à disposição dos Eleitos da Assembleia Municipal de Nisa, a documentação a que a seguir se faz referência:

- E.mail com data de 23 de Abril de 2009, do Eleito Adelino José Polido Temudo, a informar da sua impossibilidade de poder estar presente na Sessão de hoje;

- Dois requerimentos da Concelhia do Partido Socialista de Nisa, um com data de 20 de Abril de 2009 e outro sem data, a solicitarem, respectivamente, esclarecimentos sobre “Vencimentos” e “Protocolo para construção do novo Centro de Saúde e promessa de inauguração do Museu do Bordado e do Barro”;

Circular Nº 26/2009-AG, com data de 3 de Março de 2009, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, informando que se encontra disponível, via internet, documentação e orientações sobre “Fundo para o Investimento Local”.

#### **. Informações dos Eleitos**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa deu a palavra aos membros que manifestaram interesse em fazer uso da mesma, tendo-se verificado as intervenções dos seguintes eleitos:

O Eleito Marco Oliveira manifestou interesse em apresentar um Ponto de Ordem à Mesa, relativamente ao facto de esta Sessão ter começado meia hora para além dos trinta minutos de tolerância regulamentares, sem que se verificasse a presença de qualquer representante do Executivo, perguntando se o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal se responsabilizava por tal facto e pelo início atrasado dos trabalhos. Seguidamente, referiu-se à disponibilização de um autocarro para deslocação de munícipes a Lisboa para participarem num certame denominado “ALIMENTÁRIA”, tendo vindo a saber que não foram endereçados convites a todos os que se quisessem inscrever para lá se deslocarem e que tinham interesses directos em tal, havendo até quem o tivesse feito por sua conta, referindo que se trata de um desperdício mas que é uma situação que não o espanta, tendo em conta a época que iremos viver este ano.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e relativamente à primeira parte da intervenção do Eleito Marco Oliveira, declarou que não tinha qualquer problema em assumir a responsabilidade pelo início tardio dos trabalhos desta Sessão e pela falta, no início, dos representantes do Executivo, lembrando que não foi só a ausência destes que se verificou, mas também porque se registava falta de quórum, o que quer dizer que também faltavam membros da Assembleia.

O Eleito Arménio Morais usou da palavra para referir que achava que o 25 de Abril e tudo o que esta data representa na história recente do nosso País, deveria ser comentada e

explicada às gerações mais novas de outra forma, uma vez que os moldes em que a data é celebrada, hoje em dia, com actividades desportivas e musicais, nada diz à juventude, pois a essência do que foi a revolução, o ter-se passado de um regime opressivo para a liberdade, a guerra colonial e tudo o que de negativo ela representou para milhares de jovens portugueses, começa a ficar, cada vez mais diluída na memória daqueles que ainda nem eram nascidos em 1974 e que passam a ficar a saber menos do que sabem agora. Informou a Assembleia que este deve ser o seu último mandato, uma vez que pretende afastar-se, ou pelo menos, não se envolver tanto como até aqui, nas actividades político-partidárias. Pede desculpa ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal por não poder estar amanhã nas actividades do 25 de Abril mas, tal como sempre o tem feito, irá cumprir um “ritual” para si “sagrado” e que é integrar-se nas comemorações nacionais. É de opinião que deveria ser dada mais atenção à figura do Capitão Salgueiro Maia, por tudo o que ele representou na luta pela conquista da liberdade em 25 de Abril de 1974 e não ser lembrado, apenas, com a deposição de um ramo de flores na sua campa, no cemitério de Castelo de Vide. Disse que era com muita mágoa que não poderia estar presente na entrega da Medalha de Mérito Municipal à família do seu grande amigo Professor José Moura, salientando o facto de, em seu entender, se tratar de uma homenagem justíssima e merecida que peca por ser um pouco tardia. Pensa, no entanto, que a melhor forma de homenagear o Prof. Moura, não era com cerimónias deste tipo, em ambientes fechados e restritos mas sim na praça pública, numa festa entre amigos, com muita gente à volta, como ele sempre gostava de andar.

O Eleito José Baião, Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão, perguntou ao Executivo qual era o ponto de situação do centro de lazer de Alpalhão.

A Presidente da Câmara informou o Sr. Baião, referindo que terminou o prazo de concurso e que se está, neste momento, na fase de apreciação das propostas. Disse que compreendia perfeitamente a ausência do Eleito Arménio Morais amanhã e referiu que concorda com ele sobre o que o mesmo dissera sobre o 25 de Abril, achando que, mais do que nunca, esta data deve ser de grande reflexão e de luta, tendo em conta a situação atribulada que o mundo hoje atravessa. Relativamente à homenagem ao Prof. Moura, referiu que também concordava com o que o Dr. Arménio havia dito, salientando que o Executivo esteve, até à última da hora, à espera que aparecesse alguma associação ou entidade particular que a propusesse, como aconteceu com o Prof. Vences Cordeiro, só que tal não se verificou e, aí, teve que ser a Câmara a avançar com a proposta.

**Ponto Nº 2 – Informações sobre a actividade municipal e situação financeira (alínea e) do nº 1 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro).**

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal de Nisa procedeu à apresentação do documento em referência.

Após as explicações da Presidente do Executivo, foi perguntado se havia algum membro da Assembleia Municipal que quisesse intervir, tendo manifestado interesse o Eleito Marco Oliveira, para dizer que estava satisfeito com a forma como a “Ternisa”, desta vez, elaborou e apresentou a sua informação, apesar de ter chegado aos eleitos um pouco tarde.

**Ponto Nº 3 – SAA – Deliberação Nº 19/2009**

**Acta Nº 2/2009, da Sessão Ordinária de Fevereiro de 2009, realizada em 27 de Fevereiro de 2009.**

Sobre o assunto em referência, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de, por solicitação do secretário das reuniões, propôs verbalmente, que este assunto fosse retirado da Ordem de Trabalhos, uma vez que não houve possibilidade de acabar a Acta Nº 2/2009, da Sessão Ordinária de Fevereiro/2009, atempadamente, o que veio a ser aceite por unanimidade.

#### Ponto Nº 4 – DF – Deliberação Nº 20/2009

##### **Prestação de Contas do Município de Nisa do Ano de 2008.**

O representante da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo e substituto legal do respectivo Presidente nesta Sessão, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do Artº 38º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, integrou-se nos trabalhos no início da discussão do presente Ponto e quando eram 15h50.

A Eleita Florinda Fortunato e depois de ter solicitado a devida autorização à Mesa da Assembleia Municipal, foi autorizada a ausentar-se dos trabalhos quando eram 16H00, por ter que comparecer numa consulta médica.

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara procedeu à apresentação do processo em análise e que é o constante da documentação que acompanha a Informação/Proposta Nº 20/09, com data de 8 de Abril de 2009, da Secção de Contabilidade, previamente distribuída a todos os eleitos desta Assembleia, referindo que estaria ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos julgados necessários.

Convidados pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal a usar da palavra, manifestaram interesse os seguintes membros deste Órgão:

O Eleito Francisco São Pedro perguntou à Presidente da Câmara qual a razão porque estava mencionada na documentação de suporte a este assunto uma verba para a Freguesia de Santana muito mais pequena do que aquela que havia sido prometida por ela publicamente perante algumas centenas de pessoas no dia 7 de Março de 2009, aquando das festas comemorativas do 50º Aniversário da referida freguesia.

A Presidente da Câmara respondeu ao Eleito Francisco São Pedro e perguntou-lhe quanto é que a Junta de Freguesia de Santana havia recebido da Câmara para a construção do cemitério. Informou que as verbas inscritas nos documentos de Prestação de Contas são de transferências correntes, lembrando que a Junta, ao abrigo do Protocolo de Transferência de Competências, recebe mais da Câmara Municipal de Nisa que do Fundo de Financiamento das Freguesias.

O Eleito Marco Oliveira referiu-se à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santana como adequada, dizendo que a dúvida apresentada é o reflexo de uma intervenção de alguém que, naquele dia, quis tirar proveito político da situação, aproveitando o elevado número de pessoas que havia no local. Mencionou a frase “pondo mais uma vez em causa” e aludiu o facto de a mesma ser demasiadamente repetida. Falou sobre os 0% atribuídos aos “transportes fluviais”, que são o reflexo da pouca importância para o Executivo que merecem os mais de 40Km de Tejo navegável e à elevada percentagem de 22% par investimento na marca “Nisa”. Nos projectos mais relevantes, alude-se ao processo dos terrenos para o complexo termal e noutra local fala-se na aquisição de equipamento hidrotermal, cujo concurso e processo de aquisição foi impugnado por uma das empresas concorrentes e de que nem se fala. Nalgumas freguesias não houve qualquer investimento, enquanto noutras se verificou, precisamente, o contrário, situação quer poderia ter sido alterada se se verificasse uma distribuição mais equilibrada, evitando-se, assim, as diferenças verificadas. Relativamente ao endividamento, solicita que lhe confirmem se as margens indicadas são as disponíveis. Disse que havia verificado transferências de verbas para apenas duas colectividades do concelho: a Injovem e o Clube Desportivo e Recreativo de Santana. Sobre “Outras dívidas a terceiros”, referiu que tinha visto que o único nome mencionado era o do Vereador Mário Condessa, o que o leva a supor que todos os outros estarão em dia menos ele. Também falou sobre a dívida à Spormex.

A Eleita Ilda Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa, na sequência do que foi dito pelo Sr. São Pedro, Presidente da Junta de Freguesia de Santana, referindo que as

freguesias recebem verbas da Câmara ao abrigo do Protocolo de Transferência de Competências para a realização de obras até ao valor de 25.000,00€, mas que as mesmas estão a realizar trabalhos que são da Câmara. É de opinião que as festas nem sempre se realizam para fazer campanha política, achando que esta (campanha) se reflecte, ates, nos quatro anos de trabalho que é apresentado ao longo do mandato.

A Presidente da Câmara esclareceu que os valores referentes ao endividamento líquido, representam uma folga e que ainda estamos muito longe dos limites impostos por lei. Referiu-se ao gráfico da página 15, informando que o mesmo explica muito bem todas as dúvidas levantadas. Explicou que os investimentos são as propostas apresentadas pelas juntas de freguesia, referindo que, no que diz respeito às de Alpalhão e Santana, as verbas não estão aqui mencionadas porque não fazem parte do Protocolo, ou seja, não se destinam à realização de obras até ao valor de 25.000,00€. Disse que os eleitos da Assembleia Municipal iriam receber, se estivessem interessados em tal, documentação com a conta/corrente com todos os gastos relativos às freguesias do Concelho de Nisa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal solicitou aos membros deste Órgão que não se repitam nas suas intervenções.

O Eleito Marco Oliveira disse que, por vezes, fica perplexo com alguns sinais que lhe parecem de desespero, referindo que o Concelho de Nisa esteve mergulhado no vazio durante mais de três anos e neste último é que se está a movimentar da forma que se vê e a atestar o que acabou de afirmar, pede que se olhe para a diferença de liquidez geral entre o ano de 2005 e a que se verifica hoje.

O Eleito Gilberto Manteiga afirmou que a Assembleia Municipal é um local de debate, todos os que aqui se encontram estão cá porque foram eleitos e todas as perguntas têm aqui cabimento e com direito a uma resposta cabal e clara porque nem toda a gente tem a mesma capacidade de compreender o conteúdo dos documentos que são apresentados. Sobre as festas realizadas nas e pelas freguesias, pensa que há quem as use para aproveitamento político, em vez de desfrutar do convívio que as mesmas proporcionam, mas isto acontecem com todas as forças políticas.

O Eleito Fernando Marquês, Presidente da Junta de Freguesia de Espírito Santo, faz votos para que seja possível que os membros desta Assembleia Municipal possam vir a receber, na próxima sessão, os custos de conta-corrente com as Juntas de Freguesia, como a Presidente da Câmara há pouco prometeu.

Não havendo mais nenhum eleito inscrito para usar da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, depois das intervenções antes descritas e ouvidos os esclarecimentos prestados, de posse da Informação/Proposta Nº 20/09, datada do dia 8 de Abril de 2009, da Divisão Financeira/Secção de Contabilidade, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta e de que foi remetido um exemplar a todos os Eleitos deste Órgão, para os devidos efeitos, submeteu à aprovação do Plenário a Prestação de Contas do Município de Nisa do Ano de 2008, constituída pelo Balanço, pela Demonstração de Resultados, pelos Mapas de Execução Orçamental, pelos Anexos às Demonstrações Financeiras e pelo Relatório de Gestão, para cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alínea e) do nº 2 do Artº 64º, conjugado com a alínea c) do nº 2 do Artº 53º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com catorze votos a favor e cinco abstenções.

Os Eleitos Arménio Morais e João Malpique não participaram na aprovação do presente assunto, uma vez que, na altura da votação, se encontravam momentaneamente ausentes da sala.

**Ponto Nº 5 – DF – Deliberação Nº 21/2009**

**Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Nisa do Ano de 2008.**

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara procedeu à apresentação do processo em análise e que é o constante da documentação que acompanha a Informação/Proposta Nº 54/2009, com data de 8 de Abril de 2009, da Secção de Aquisições e Património, previamente distribuída a todos os eleitos desta Assembleia, referindo que estaria ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos julgados necessários.

Não havendo nenhum eleito inscrito para usar da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, depois das intervenções antes descritas e ouvidos os esclarecimentos prestados, de posse da Informação/Proposta Nº 54/2009, datada do dia 8 de Abril de 2009, da Divisão Financeira/Secção de Aquisições e Património, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta e de que foi remetido um exemplar a todos os Eleitos deste Órgão, para os devidos efeitos, submeteu à aprovação do Plenário, o Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Nisa do Ano de 2008, para efeitos do disposto na alínea c) do nº 2 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e uma abstenção e cujo total das existências em armazém em 31/12/2007 é do valor de 412.966,04€ e o total activo líquido é de 40.225.557,82€, tendo-se verificado um aumento de 9,79% de 2007 para 2008 e é composto por:

- . Investimentos financeiros, em número de 9;
- . Imobilizações corpóreas, em número de 6.331;
- . Imobilizações incorpóreas, em número de 122;
- . Bens de domínio público, em número de 526;

Os Eleitos Arménio Morais e João Malpique não participaram na aprovação do presente assunto, uma vez que, na altura da votação, se encontravam momentaneamente ausentes da sala.

**Ponto Nº 6 – DF – Deliberação Nº 22/2009**

**2ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Nisa do Ano de 2009.**

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara procedeu à apresentação do processo em análise e que é o constante da documentação que acompanha a Informação/Proposta Nº 23/09, com data de 15 de Abril de 2009, da Secção de Aquisições e Património, previamente distribuída a todos os eleitos desta Assembleia, referindo que estaria ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos julgados necessários.

Uma vez que havia necessidade de esclarecimentos mais pormenorizados, a Presidente da Câmara solicitou autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia que autorizasse a Drª Graça Sales, Chefe da Divisão Financeira, a prestar mais algumas informações, sendo que a mesma foi autorizada a tal e referiu, entre outras coisas, que estas revisões, nos termos previstos no POCAL, são obrigatórias.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou se havia algum membro deste Órgão que quisesse usar da palavra, tendo o Eleito Marco Oliveira solicitado autorização para o fazer, referindo que achava muito estranho que a maior parte deste valor fosse afectado à NISARTES.

Não havendo nenhum eleito inscrito para fazer uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, depois das intervenções descritas e ouvidos os esclarecimentos

prestados, de posse da Informação/Proposta Nº 23/09, datada do dia 15 de Abril de 2009, da Divisão Financeira/Secção de Aquisições e Património, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta e de que foi remetido um exemplar a todos os Eleitos deste Órgão, para os devidos efeitos, submeteu à aprovação do Plenário, a 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Nisa do Ano de 2009, nos termos do disposto na alínea b) do nº 2 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor e cinco abstenções e é do valor de 102.051,87€ em reforços – Acções Mais Relevantes.

O Eleito João Malpique, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça, não participou na aprovação do presente assunto, uma vez que, na altura da votação, se encontrava momentaneamente ausente da sala.

#### **Ponto Nº 7 – DF – Deliberação Nº 23/2009**

#### **2ª Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa do Ano de 2009.**

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara procedeu à apresentação do processo em análise e que é o constante da documentação que acompanha a Informação/Proposta Nº 22/09, com data de 15 de Abril de 2009, da Secção de Aquisições e Património, previamente distribuída a todos os eleitos desta Assembleia, referindo que estaria ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos julgados necessários.

Por haver necessidade de mais alguns esclarecimentos, a Presidente da Câmara solicitou autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia que a Drª Graça Sales, Chefe da Divisão Financeira, pudesse prestar mais algumas informações, sendo que a mesma foi autorizada a tal e referiu que, entre outras coisas, que estas revisões, tanto esta, como a anterior, nos termos previstos no POCAL, são obrigatórias.

Não havendo nenhum eleito inscrito para fazer uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, depois de ouvidos os esclarecimentos prestados e de posse da Informação/Proposta Nº 22/09, datada do dia 15 de Abril de 2009, da Divisão Financeira/Secção de Aquisições e Património, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta e de que foi remetido um exemplar a todos os Eleitos deste Órgão, para os devidos efeitos, submeteu à aprovação do Plenário, a 2ª Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa do Ano de 2009, nos termos do disposto na alínea b) do nº 2 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor e cinco abstenções e é do valor de 634.329,74€, assim distribuídos:

- . Receita: Saldo de gerência – 307.039,48€; Restituições – 10.125,39€;
- . Despesa: Corrente – 312.164,87€; De capital – 5.000,00€;

Os Eleitos Gilberto Manteiga e João Malpique, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça, não participaram na aprovação do presente assunto, uma vez que, na altura da votação, se encontravam momentaneamente, ausentes da sala.

#### **Ponto Nº 8 – DF – Deliberação Nº 24/2009**

#### **Contracção de empréstimo de longo prazo para o investimento “Construção Paisagística da Área Envolvente ao Complexo Termal, até ao valor de 1.400.000,00€”.**

#### **Apreciação das propostas.**

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara procedeu à apresentação do processo em análise e que é o constante da documentação que acompanha a Informação/Proposta Nº 16/09, com data de 7 de Abril de 2009, da Divisão Financeira e que foi previamente distribuída a todos os eleitos

desta Assembleia, referindo que estaria ao inteiro dispor deste Plenário para prestar os esclarecimentos que vierem a ser julgados necessários, salientando que este, como todos os processos, são elaborados dentro da maior transparência, como é apanágio da Câmara Municipal de Nisa e dos serviços municipais.

A Eleita Ilda Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa, disse que um empréstimo de longo prazo, por 20 anos, a deixa um pouco assustada, referindo que o que deseja é que os acessos e o atendimento continuem a ser como o são agora, sendo que os embelezamentos exteriores, que também são importantes, podem vir depois.

O Eleito Arménio Morais referiu que o Complexo Termal da Fadagosa de Nisa, como todos os outros, é uma unidade de saúde e, como tal, não pode nem deve ficar envolvido em pó, lama e outras coisas

O Eleito Gilberto Manteiga disse que a situação e sanidade financeira do Município de Nisa o preocupavam, como deve preocupar qualquer eleito ou munícipe mas, o que é certo, é que toda aquela envolvente do Complexo Termal merece com um aspecto que agrade a todos e, se não puder ficar “muito bom” que fique pelos menos “bom”, mas que seja arranjado, de forma a dar dignidade às termas.

O Eleito Marco Oliveira disse que havia gostado de ouvir a Presidente da Câmara dizer que este processo está a ser feito de forma transparente e referiu-se ao requerimento que apresentou, contendo alguns pedidos de esclarecimentos sobre vencimentos de, entre outros, do Presidente do Conselho de Administração da Ternisa e do Director Clínico. Disse que não sabia a que devia a diferença existente na verba apresentada.

A Presidente da Câmara explicou que a diferença existente e referida pelo Eleito Marco Oliveira que, aliás, é muito pequena, se deveu, simplesmente, a um arredondamento, para dar uma conta certa e, quanto ao requerimento a que aludiu, informou que o remeteu para o Gabinete Jurídico, pois tem dúvidas em relação ao que é solicitado sobre a ADN, uma vez que a Câmara é, tão-somente, uma sua associada, não sabendo se pode estar a divulgar dados sobre vencimentos dos seus dirigentes e se a ADN, como associação particular que é, duvida que ela tenha que prestar informações seja do que for e a quem quer que seja, se não for sócio. Lembrou que a Câmara de Nisa dá subsídios a todas as associações do concelho e, como tal, a ADN também é contemplada, por se tratar de uma associação. Sobre os salários da Ternisa, informou que os mesmos serão disponibilizados à Assembleia Municipal e virão quando vier o Quadro de Pessoal da empresa.

O Eleito Marco Oliveira disse que não tinha ficado esclarecido com os esclarecimentos apresentados pela Presidente da Câmara, uma vez que é presidente da Direcção da ADN e de mais nenhuma associação do concelho.

A Presidente da Câmara disse que todos os que querem aqui trabalhar são desta terra e referiu que nenhum dirigente é detentor de qualquer benesse, como seja o caso de cartões de crédito, viatura, etc. e que os vencimentos que auferem são os que a lei determina, nem mais, nem menos, esclarecendo que isto não é nenhuma “santa casa”.

O Eleito Joaquim Costa não compreende qual a razão de toda esta polémica criada à volta dos vencimentos dos dirigentes do Complexo Termal pois, se se diz que não há dificuldades em apresentá-los, então porque não o faz. Não gostou da comparação feita pela Presidente da Câmara em relação às santas casas, referindo que os dirigentes das Misericórdias não auferem qualquer vencimento e achava bem que a Assembleia Municipal soubesse como se desenrolam os processos de admissão de pessoal nestas instituições.

A Presidente da Câmara informou que, quando se referiu às “santas casas”, o fez em sentido figurado e não para pôr em causa o bom nome das Misericórdias. Em relação aos vencimentos, disse que os mesmos são da responsabilidade da “Ternisa”, que é quem gere o balneário e que não é obrigatória a sua divulgação.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal acha que estão a discutir-se assuntos que deveriam ter sido apresentados no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos da presente Sessão pelo que, a partir de agora, não irá autorizar mais intervenções deste tipo.

O Eleito Marco Oliveira referiu, ainda que, em termos de democracia, neste momento o que a Presidente da Câmara lhe está a querer ensinar, é “zero”.

Não havendo mais nenhum eleito inscrito para fazer uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, depois de ouvidos os esclarecimentos prestados, de posse da Informação/Proposta Nº 16/09, datada do dia 7 de Abril de 2009, da Divisão Financeira, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta e de que foi remetido um exemplar a todos os Eleitos deste Órgão, para os devidos efeitos e na sequência do que foi deliberado pelo Executivo (Deliberação Nº 154/2009, de 15 de Abril de 2009), submeteu à aprovação do Plenário a apreciação das propostas entradas e concorrentes à contracção de um empréstimo de longo prazo para o investimento “Construção Paisagística da Área Envolvente ao Complexo Termal, até ao valor de 1.400.000,00€”, tendo sido aprovado por maioria absoluta, com dezassete votos a favor e duas abstenções, preferir a proposta apresentada pelo BPI-Banco Português de Investimentos, por ser a mais vantajosa e a que responde à totalidade do que era solicitado, a qual apresenta um spread de 1,90%, acrescido de taxa de juros Euribor a três meses, com pagamentos trimestrais.

Os Eleitos Frederico Mourato e Artur Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arez, não participaram na aprovação do presente assunto, uma vez que, na altura da votação, se encontravam momentaneamente, ausentes da sala.

#### **Ponto Nº 9 – DF – Deliberação Nº 25/2009**

**Contracção de empréstimo de médio e longo prazo, até ao valor de 601.350,00€, no âmbito do rateio de 2004. Prorrogação do prazo.**

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Vice-Presidente da Câmara e porque a Presidente do Executivo se encontrava, de momento, ausente da sala, interveio sobre o processo em análise e que é o constante da documentação que acompanha a Informação/Proposta Nº 17/09, com data de 6 de Abril de 2009, da Divisão Financeira, previamente distribuída a todos os eleitos desta Assembleia, solicitando, por sua vez, que a Dr<sup>a</sup> Graça Sales, Chefe daqueles Serviços e por haver necessidade de mais alguns esclarecimentos, pudesse intervir neste sentido, tendo sido autorizada a tal.

O Eleito Marco Oliveira interveio para solicitar que lhe fosse explicado, só para ficar bem esclarecido, se este pedido de prorrogação do prazo do empréstimo em causa, tinha a ver com alguma má gestão por parte da Câmara.

A Vereadora Fátima Moura explicou ao Eleito marco Oliveira que este pedido de prorrogação tem a ver, unicamente, com as alterações entretanto feitas à Lei que gere este tipo de empréstimos.

Não havendo mais nenhum eleito inscrito para fazer uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, depois de ouvidos os esclarecimentos prestados, de posse da Informação/Proposta Nº 17/09, datada do dia 6 de Abril de 2009, da Divisão Financeira, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta e de que foi remetido um exemplar a todos os Eleitos deste Órgão, para os devidos efeitos e na sequência do que foi deliberado pelo Executivo (Deliberação Nº 155/2009, de 15 de Abril de 2009), submeteu à aprovação do Plenário o pedido de prorrogação do prazo do empréstimo de médio e longo prazo, até ao valor de 601.350,00€, no âmbito do rateio de 2004, tendo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor e uma abstenção, por mais seis meses, ou seja, até 26 de Novembro de 2009.

Os Eleitos Artur Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arez e Ilda Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa, não participaram na discussão aprovação do presente assunto, uma vez que, na altura da votação, se encontravam momentaneamente, ausentes da sala.

**Ponto Nº 10 – GAP – Deliberação Nº 26/2009**

**Construção do novo Centro de Saúde de Nisa. Assinatura de protocolo entre o Município de Nisa e a ULSNA-Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano.**

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara procedeu à apresentação do processo em análise e que é o constante da documentação que acompanha a Proposta Nº 19/2009, com data de 11 de Março de 2009, do Gabinete de Apoio à Presidência e que foi previamente distribuída a todos os eleitos desta Assembleia, referindo que estaria ao inteiro dispor deste Plenário para prestar os esclarecimentos que vierem a ser julgados necessários, dando conhecimento de todos os “passos” que têm sido percorridos, juntamente com a Santa Casa da Misericórdia de Nisa e as estruturas oficiais de saúde regionais para que o novo Centro de saúde de Nisa venha a ser uma realidade, referindo que o actual não reúne as condições necessárias para dar uma resposta cabal a todos os que dele necessitam.

O Eleito Arménio Morais informou que em todo este processo há aspectos que têm que ser tidos em conta, referindo-se, em concreto, a uma cláusula existente num protocolo que diz que, quando o Estado deixar, em definitivo, de usar as instalações do Centro de Saúde de Nisa, que pertencem à Santa Casa da Misericórdia, terá que repor tudo como estava na altura em que o antigo hospital foi nacionalizado e que, hoje em dia, se encontra quase como que “delapidado”. Acha que, no meio de tudo isto, deve haver aqui algumas “ratoeiras” do Estado, que tem que ser uma “pessoa” de bem, a quem compete a construção de estruturas deste género, sendo sua obrigação cumprir com o que está escrito. Estabelecendo uma comparação com o que foi redigido na altura e com o que lhe é dado ver agora, disse que não concordava, pois quem vai ficar prejudicada com tudo isto é a Santa Casa da Misericórdia de Nisa, que nem sequer é mencionada neste Protocolo.

O Eleito Marco Oliveira disse que havia ficado estupefacto com as palavras da Presidente da Câmara, quando esta referiu que a construção de um Centro de Saúde, em Nisa, é uma prioridade para o Município, perguntando se para as outras pessoas interessadas (médicos, enfermeiros, pessoal de apoio e utentes) também o será. Manifestou interesse em saber como é que este assunto irá ser usado durante o ano em curso, uma vez que se sabe da realização de diversos actos eleitorais, nomeadamente, para as autarquias locais.

O Eleito Fernando Marquês disse que estivera a ler o documento que havia sido facultado a todos os eleitos e que achava que não havia nada que obste a que o protocolo em causa possa ser assinado.

O Eleito Arménio Morais disse que, após a reunião da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Nisa, já havia estado reunido mais duas vezes com a Presidente da Câmara Municipal de Nisa e o Provedor da Santa Casa, sendo que, numa delas, até já foi apresentado uma proposta de projecto para o novo Centro de saúde. Alertou para o facto de ter que haver muito cuidado com o que se vai assinar. Disse que não compreendia porque razão a ULSNA tomou posse em 2007 e agora, em 2009, é que se começou a desenrolar todo este processo.

O Eleito António Valente acha que há aqui algumas situações que há que ter em conta, nomeadamente o facto de a Santa Casa da Misericórdia de Nisa ter cedido o terreno para a construção do novo Centro de saúde e as contrapartidas que daí terão que advir e que terão que ser alvo de negociação.

A Presidente da Câmara informou que o nome da Santa Casa da Misericórdia de Nisa não aparece no contrato devido ao facto de a ULSNA ter recusado uma assinatura a três, informando que a Câmara Municipal está na disposição de elaborar um protocolo com a Misericórdia, que virá depois à Assembleia Municipal e que tem a ver com o investimento que a autarquia pretende fazer nas actuais instalações, para que a instituição não fique a perder nada em todo este processo. Referiu que este processo se encontra em desenvolvimento em 2009, não que a Câmara Municipal de Nisa tivesse alguma influência nisto mas porque a ULSNA, que tomou posse em 2007, só agora é que começou a despoletar o assunto e a contactar as Câmaras Municipais para a apresentação de uma candidatura ao QREN, referindo que não se verificaram quaisquer atrasos.

O Eleito Gilberto Manteiga perguntou se tudo isto é uma mal necessário e, se para termos um centro de saúde novo temos que “engolir” o que o Estado nos quer dar.

O Eleito Arménio Morais referiu que foi dada, por parte da Santa Casa da Misericórdia de Nisa, autorização para se fazer um negócio, mas que não se pode andar a alienar nenhum património sem se saber quais são as contrapartidas. Concorde que há necessidade de um centro de saúde novo em Nisa, com condições, mas não a qualquer preço. Lembrou que Nisa teve um belíssimo hospital construído com dádivas do povo e de alguns beneméritos nisenses e que o Estado, em dado momento, resolveu usurpar, só que agora, se o quiser devolver, terá que ser tal como o encontrou aquando da ocupação, uma vez que o património da Santa Casa da Misericórdia de Nisa não é para ser delapidado a belo prazer seja de quem for. Uma vez que a construção do novo Centro de Saúde irá ser uma obra muito cara, perguntou se o Executivo tinha verbas para a poder fazer e se a resposta for positiva, então que se avance.

O Eleito Armando Luís perguntou se havia alguma alternativa.

Não havendo mais nenhum eleito inscrito para fazer uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, depois de ouvidos os esclarecimentos prestados, de posse da Proposta Nº 19/2009, datada do dia 11 de Março de 2009, do Gabinete de Apoio à Presidência, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta e de que foi remetido um exemplar a todos os Eleitos deste Órgão, para os devidos efeitos e na sequência do que foi deliberado pelo Executivo (Deliberação Nº 119/2009, de 20 de Março de 2009), submeteu à aprovação do Plenário o pedido de autorização apresentado pela Câmara Municipal de Nisa para a assinatura de um Protocolo entre o Município de Nisa e a ULSNA-Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, para a construção do novo Centro de Saúde de Nisa, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor, um voto contra e uma abstenção, tendo em vista a apresentação de uma candidatura ao PORA 2007-2013.

Após a análise e aprovação deste processo, o Eleito Arménio Morais solicitou autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa para se ausentar dos trabalhos, o que foi aceite e veio a verificar-se quando eram 18H30.

#### **Ponto Nº 11 – GAP – Deliberação Nº 27/2009**

#### **Designação de dois representantes da Assembleia Municipal de Nisa para a Comissão Municipal de Protecção Civil.**

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara procedeu à apresentação do processo em análise, referindo que, por força da legislação actualmente em vigor, há necessidade de se proceder à eleição de dois representantes da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Protecção Civil, propondo, para o efeito, que fosse designado um Presidente de Junta de Freguesia e um eleito da mesma Assembleia Municipal.

O Eleito Joaquim Marques apresentou uma proposta verbal, apontando os nomes do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e o Eleito Rogério Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo, para representantes deste Órgão junto da Comissão Municipal de Protecção Civil, justificando as suas escolhas, primeiro porque o Presidente da Mesa, Sr. José Polido, tem uma vastíssima experiência nesta área, devido à posição de Comandante da Corporação de Bombeiros de Nisa, que ocupou durante muitos anos e segundo porque o Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo, Sr. Rogério Dias, é um dos autarcas com mais experiência na área, não só pela actividade agrícola que desenvolve, mas também porque está ligado a empresas de silvicultura e combate a incêndios.

O Eleito Marco Oliveira perguntou se, por lei, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não é já membro da Comissão Municipal de Protecção Civil. Referiu que, estas eleições, em termos de democracia, têm muito pouco, se atendermos a que os outros partidos também têm, neste Órgão, presidentes de juntas de freguesia e verifica-se que, mais uma vez, são apontados dois elementos da CDU.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que compreendia a proposta do Eleito Joaquim Marques, pois o Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo é, com certeza e de entre todos, o mais abalizado e não é por ser um eleito da CDU.

Não havendo mais nenhum eleito inscrito para fazer uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, depois de ouvidos os esclarecimentos prestados e de os eleitos antes referidos terem feito as intervenções acima transcritas, submeteu à aprovação do Plenário a designação dos dois representantes da Assembleia Municipal de Nisa na Comissão Municipal de Protecção Civil, tendo sido eleitos, por maioria, com dezoito votos a favor, um voto contra e uma abstenção, o Presidente da Mesa deste Órgão, Sr. José da Cruz Curado Polido e o Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo, Sr. Francisco Rogério Cardoso Dias, tendo esta votação, após proposta aceite unanimemente, sido efectuada por braço no ar, nos termos do disposto no nº 3 do Artº 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e da alínea c) do nº 1 do Artº 35º do Regimento da Assembleia Municipal de Nisa.

O Eleito Marco Oliveira votou contra, declarando que “mais uma vez, a eleição destes representantes é feita de forma muito pouco ou nada democrática”.

#### **Ponto Nº 12 – SAA – Deliberação Nº 28/2007**

##### **Prestação de homenagem a título póstumo.**

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara procedeu à apresentação do processo em análise, referindo que esta é, sem dúvida e de entre todas as homenagens já levadas a efeito pelo Município, uma das que mais a toca, atendendo a tudo o que o Professor José Moura representou para o Concelho de Nisa, tanto a nível profissional (professor), como social (praticante e dirigente desportivo e grande impulsionador das festas de Alpalhão) e autarca (Vereador da Câmara Municipal de Nisa e Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão e, por inerência, membro da Assembleia Municipal de Nisa) e, sobretudo, devido ao seu elevado sentido humanista, que lhe granjearam amizades e simpatias por todos os que com ele conviveram.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa disse que concordava plenamente com este acto, embora achando que as homenagens devem ser feitas com as pessoas em vida mas, no caso presente, era quase impossível, devido ao desaparecimento prematuro do Prof. José Moura e que não deu oportunidade a que a homenagem fosse feita de forma natural e com a presença do homenageado.

O Eleito Gilberto Manteiga lembrou o Prof. Moura, referindo que ele tinha sido o responsável para que Alpalhão se tivesse tornado um local mais agradável para se viver.

O Eleito Marco Oliveira pede paciência e desculpa à Presidente da Câmara, uma vez que por ela tem amizade e refere que vai votar a favor da proposta apresentada, embora a ache muito fraca e o aspecto de ter sido feita em cima do joelho. Recorda que o homenageado não foi só professor, pois também exerceu as funções de Presidente do Conselho Directivo da Escola Mouzinho da Silveira, de Portalegre, não foi só desportista, mas também dirigente da Associação de Futebol de Portalegre e Presidente da Direcção do Grupo Desportivo e Recreativo Alpalhoense e não foi só Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão e Vereador da Câmara Municipal de Nisa, mas também Eleito da Assembleia Municipal do mesmo Concelho, pelas listas do Partido Socialista. Recordou que foi feita, recentemente, uma homenagem ao Prof. Vences Cordeiro e agora é a vez de se homenagear o Prof. José Moura e, em seu entender, são estes aspectos que enaltecem a democracia.

A Eleita Ilda Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa, também concorda com uma homenagem ao Prof. José Moura, mas acha que a mesma deveria ser mais pessoal e não incluída nas comemorações do aniversário do 25 de Abril.

Não havendo mais nenhum eleito inscrito para fazer uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, depois de ouvidos os esclarecimentos prestados e de os eleitos antes referidos terem feito intervenções acima transcritas, de posse da Proposta Nº 28/2009, datada do dia 14 de Abril de 2009, do Gabinete de Apoio à Presidência, cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Acta e de que foi remetido um exemplar a todos os Eleitos deste Órgão, para os devidos efeitos e na sequência do que foi deliberado pelo Executivo (Deliberação Nº 164/2009, de 15 de Abril de 2009), submeteu à aprovação do Plenário a prestação de uma homenagem, a título póstumo, ao Sr. Prof. José Maria Pinheiro Moura, falecido a 11 de Janeiro de 2006 e que, em consequência, lhe seja atribuída a Medalha de Honra Municipal, que será entregue aos seus familiares directos (esposa e filhos), no decorrer da Sessão Solene das comemorações do feriado do 25 de Abril, tendo em conta todas as qualidades evidenciadas pelo homenageado ao longo da sua vida, tanto na sua carreira profissional (Professor), como autarca (Vereador e Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão) e figura ligada ao desporto (Atleta, treinador e dirigente) e, sobretudo, pela sua dedicação às grandes causas e pelo exemplo que foi para toda a gente, como cidadão de coragem, democrata e homem de Abril.

Relativamente ao assunto em apreço, o Eleito Marco Oliveira procedeu à apresentação de uma Declaração de Voto, cujo teor a seguir se transcreve:

*“O Professor José Maria Pinheiro Moura faleceu a 11 de Janeiro de 2006, ano em que faleceram outros distintos ex-membros da Assembleia Municipal de Nisa.*

*Entre outras situações em que se destacou, o Professor José Maria Moura foi ainda Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária Mouzinho da Silveira em Portalegre, foi Presidente do Grupo Desportivo e Recreativo Alpalhoense, Presidente da Associação de Futebol de Portalegre e Deputado da Assembleia Municipal de Nisa, eleito inclusivamente nas listas do Partido Socialista.*

*O facto desta homenagem e atribuição de Medalha de Hora Municipal estarem a ser efectuadas a meia dúzia de meses das eleições autárquicas, tendo o professor falecido a 11 de Janeiro de 2006, o carinho e a relação estreita que sempre me uniram ao professor, mas principalmente o respeito e a noção do sentido de justiça que sempre tivemos, levam-me a repudiar veementemente mais um aproveitamento político, vergonhoso e deplorável, por parte da actual Presidente da Câmara Municipal de Nisa e do PCP, usando tudo e todos, com o único objectivo de atingirem propósitos eleitoralistas.*

*O Deputado Municipal,  
Ass. Marco Oliveira”*

Após a leitura da Declaração de Voto do Eleito Marco Oliveira, a Presidente da Câmara solicitou a palavra para dizer que, até agora, ninguém havia proposto a realização de uma homenagem nem a atribuição de qualquer medalha ao Professor José Maria Moura, embora a Câmara, todos os anos, homenageie figuras do concelho que, de uma maneira ou de outra, se distinguiram e contribuíram para elevar o bom nome da nossa terra e até agora, salvo o que aconteceu com o Professor Vences Cordeiro e com o Maestro António Maria Charrinho, não houve nenhum eleito ou associação que propusesse fosse o que fosse.

**Ponto Nº 13 – SAA – Deliberação Nº 29/2009**

**Inclusão de assuntos na Ordem de Trabalhos.**

Tendo em conta as solicitações apresentadas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu à aprovação do Órgão, conforme o previsto no Artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a inclusão na Ordem de Trabalhos da presente Sessão de dois processos, um da Divisão de Projectos e Urbanismo e outro da referida Mesa, aprovada por unanimidade e os quais passarão a constituir, respectivamente, os Pontos Nº 14 e Nº 15 da mencionada OT.

**Ponto Nº 14 – DPU – Deliberação Nº 30/2009**

**“Requalificação da Devesa e Áreas Adjacentes, em Nisa” – Implantação de terminal rodoviário. Desafectação de parcela de terreno do domínio público.**

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara procedeu à apresentação do processo em análise, referindo que a área a desafectar não foi incluída no projecto de “Requalificação da Devesa e Áreas Adjacentes, em Nisa”, uma vez que irá ser alvo de um projecto específico, para integrar uma candidatura própria.

Não havendo nenhum eleito inscrito para fazer uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, depois de ouvidos os esclarecimentos prestados, de posse da Informação/Proposta Nº 13/2009, datada do dia 20 de Março de 2009, da Divisão de Projectos e Urbanismo, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta e de que foi remetido um exemplar a todos os Eleitos deste Órgão, para os devidos efeitos e na sequência do que foi deliberado pelo Executivo (Deliberação Nº 142/2009, de 1 de Abril de 2009), submeteu à aprovação do Plenário o pedido de autorização para se proceder à desafectação de uma parcela de terreno para integrar o domínio público privado do Município, sita na Rua Dr. Sidónio Pais, em Nisa, com a área de 325,00m<sup>2</sup> e que confronta pelo Norte, Sul, Nascente e Poente com a via pública, tendo em vista a implantação de um terminal rodoviário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

**Ponto Nº 15 – SAA – Deliberação Nº 31/2009**

**Adequação da A.M.N.A. ao Regime Jurídico emergente da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto. Eleição dos representantes da Assembleia Municipal de Nisa junto da CIMAA.**

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, tendo em conta a extrema urgência em que o mesmo se resolve e na sequência das conversações havidas entre os representantes dos partidos políticos que compõem a Assembleia Municipal de Nisa, foi aceite uma lista elaborada por consenso e que se destina a eleger os representantes da Assembleia Municipal de Nisa junto da CIMAA-Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, decorrente da adequação da AMNA-Associação de Municípios do Norte Alentejano ao Regime Jurídico emergente da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto.

De posse da referida lista, composta pelos Eleitos Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato, pela CDU, José Manuel Tremço Barreto, pelo PSD e Marco António Barreto Lourenço de Oliveira, pelo PS, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal submeteu-a a aprovação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Nisa, presentes a esta reunião e porque por razões impeditivas emergentes daquela Lei, não poderiam votar, abandonaram os trabalhos aquando da apresentação deste processo, não tendo participado na discussão e aprovação do mesmo.

**Ponto Nº 16 – Intervenção de munícipes.**

Uma vez que a presente Sessão tem o carácter de pública e para cumprimento do disposto no nº 5 do Artº 84º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa endereçou convite aos munícipes presentes na sala para que, se assim o desejassem, poderem intervir, sendo que nenhum manifestou interesse em tal.

**Ponto Nº 17 – Comemorações do 35º Aniversário do 25 de Abril.**

Neste Ponto, dedicado aos actos comemorativos do 35º Aniversário do 25 de Abril, nomeadamente, o hastear da Bandeira Nacional nos Paços do Concelho, a Sessão Solene realizada no Cine-Teatro e a entrega da Medalha de Honra Municipal atribuída a título póstumo ao Sr. Prof. José Maria Pinheiro Moura e recebida pelos seus familiares, nomeadamente, esposa e filhos, usaram da palavra, para apresentação do seu discurso de carácter político, adequado à data em causa, a Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Engª Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto, o Presidente da Assembleia Municipal de Nisa, Sr. José da Cruz Curado Polido e os Eleitos deste mesmo Órgão,

**Ponto Nº 18 – SAA – Deliberação Nº 32/2009**

**Justificação de faltas de Eleitos a Sessões da Assembleia Municipal.**

A Assembleia Municipal de Nisa justifica, por unanimidade, a falta dada à Sessão de hoje pelo Eleito Adelino José Polido Temudo, por motivos de ordem profissional, conforme pedido de justificação que apresentou (e.mail com data do dia 23 de Abril de 2009).

**Ponto Nº 19 – SAA – Deliberação Nº 33/2009**

**Aprovação, em Minuta, das Deliberações que antecedem.**

Aprovar, por unanimidade, em Minuta e para efeitos imediatos, todas as Deliberações que antecedem, nos termos e para cumprimento do que dispõe o nº 3 e 4 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, podendo as mesmas adquirir a eficácia prevista no nº 4 do já antes citado artigo.

## ENCERRAMENTO DA SESSÃO.

A presente Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal de Nisa foi encerrada pelo Presidente da respectiva Mesa, conforme o previsto na alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, quando eram dezanove horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta, constituída por dezasseis folhas, todas numeradas e devidamente rubricadas, que vai ser assinada nos termos do nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e desta mesma Sessão, Sr. José da Cruz Curado Polido e por mim, António Maria Curado Carrasco, Coordenador Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa e responsável pela Secção de Administração e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.



O PRESIDENTE DA SESSÃO, O COORDENADOR TÉCNICO,  
(José da Cruz. C. Polido) (António Maria Curado Carrasco)  
- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal - - Secretário -

MUNICÍPIO DE NISA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta presente em Sessão ....., realizada  
no dia ...../...../..... e aprovada por .....,  
conforme Deliberação Nº ...../.....

- Favor:           | - Abstenção:           | - Contra: